

O EXTRATIVISMO PROGRESSISTA NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BOLIVIANA

Ticiania Gabrielle Amaral NUNES¹

RESUMO: Em 2005, o Movimiento al Socialismo (MAS) obteve vitória nas eleições presidenciais da Bolívia, elegendo seu candidato, Evo Morales, e impulsionando uma nova agenda política e econômica alternativa às medidas neoliberais em vigência até o momento. Essa agenda, assim como em diversos países na América do Sul, possuía um caráter social desenvolvimentista bastante peculiar: centrado na extração e na utilização estratégica dos recursos naturais de modo a promover políticas sociais e alavancar outros setores econômicos. Argumenta-se que no início do século XXI houve a ascensão de um novo paradigma político e econômico quando diversos países na América do Sul empregaram o modelo que alguns autores denominaram “neoeextrativista” para promover agendas sociais desenvolvimentistas. A política econômica do MAS na Bolívia constitui um arquétipo desse modelo e, portanto, busca-se, a partir da caracterização formulada por Eduardo Gudynas acerca do paradigma neoeextrativista, analisar os pilares da estratégia de desenvolvimento boliviana no contexto atual.

PALAVRAS-CHAVE: Bolívia. Neoeextrativismo. Desenvolvimentismo. Hidrocarbonetos. Recursos Naturais.

Introdução

Em meados da década passada, a ascensão de sucessivos governos progressistas na América do Sul constituiu um fenômeno cuja dimensão sistêmica

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), Instituto de Economia, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestranda em Economia Política Internacional. ticiamaral19@gmail.com.

obteve a atenção de diversos analistas. No âmbito da formulação da agenda de política econômica, esses novos governos buscaram a elaboração agendas que tiveram como peculiaridade conferir centralidade a setores de extração de recursos naturais, considerados geradores de excedentes, por meio dos quais seria possível habilitar as políticas sociais e a retomada de programas com contornos desenvolvimentistas.

Esse modelo econômico encontra-se ancorado num Estado que regula e apropria-se de receitas oriundas da extração de recursos naturais e legitima tal processo através de uma agenda econômica composta de aspectos *desenvolvimentistas*, conforme será demonstrado na segunda seção do artigo. Ao notar a dimensão sistêmica do fenômeno que ocorre simultaneamente em vários Estados sul-americanos, Eduardo Gudynas cunha o termo “neoextrativismo” para designar esse modelo, termo que sugere a manutenção do extrativismo de recursos naturais como centro dinâmico de acumulação² porém, acrescido de um “Estado compensador”, que distribui socialmente os excedentes gerados no setor.

Considera-se que uma conjunção de elementos contribui para o surgimento desse modelo. Em partes, a elevação nos preços internacionais de commodities como petróleo, gás e minérios gera um ambiente propício ao aproveitamento das vantagens comparativas em países exportadores desses recursos. Por outro lado, a conjuntura política caracterizava-se pelo esgotamento das medidas neoliberais e pela ausência da condução democrática das políticas econômicas, uma vez que advogava-se pela separação entre as instituições públicas e a esfera econômica. Novos governos eleitos nessa conjuntura propõem um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo, que retoma o papel do Estado na economia e o desenvolvimentismo como foco da agenda estatal, acrescido de um ingrediente “humano” que busca promover o crescimento econômico com distribuição da renda e políticas sociais.

Sugere-se que a nova agenda econômica do Movimiento al Socialismo (MAS) na Bolívia incorporou explicitamente esse modelo e busca-se demonstrar esse argumento sublinhando alguns componentes centrais, elencados por Gudynas, que caracterizam o modelo neoextrativista de desenvolvimento: a presença de um Estado “compensador”, a regulação ou nacionalização de setores estratégicos, o aprofundamento do extrativismo e a formulação de uma nova agenda social desenvolvimentista que legitimasse a continuidade do extrativismo.

² De acordo com Furtado (1961) o centro dinâmico de acumulação constitui uma pré-condição para o desenvolvimento ou o “motor” que impulsiona o conjunto do sistema econômico.

Na próxima seção, busca-se demonstrar as particularidades do modelo de uso estratégico dos recursos naturais empreendido por governos progressistas na América do Sul atual. Apresentam-se os autores que introduziram o conceito de “neoextrativismo”, opiniões favoráveis e críticas ao modelo, assim como as carências e limites que integram o conceito, sobretudo com relação a investigação acerca seu caráter sistêmico e da necessidade de incorporação de variáveis relativas ao contexto internacional.

Na terceira seção, aprofunda-se o caso da Bolívia através da verificação da nova agenda de política econômica projetada pelo MAS, destacando, sobretudo a partir das ideias contidas no *Plan Nacional de Desarrollo* e no *Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo*, elementos característicos do modelo de desenvolvimento neoextrativista. Procura-se ressaltar os componentes ideológicos e a formulação do conceito de desenvolvimento que integram a nova agenda, assim como a centralidade do setor extrativista dentro dessa estratégia e os principais resultados em termos sociais e econômicos atingidos até o momento.

A ascensão do “neoextrativismo” na América do Sul

Por diversas ocasiões na história, países que possuíram reservas abundantes em determinado recurso promoveram estratégias que tiveram por finalidade o aproveitamento das vantagens inerentes dessa abundância para alavancar outros segmentos econômicos e indústrias. Além do uso estratégico das receitas oriundas da produção e comércio de determinado recurso promovido por Estados para fins estritamente econômicos, dentro de um molde mercantilista, o aproveitamento de insumos abundantes é por vezes administrado de modo a permitir maior capacidade de barganha e favorecer o posicionamento de um país em seus objetivos políticos perante outras nações.

Um exemplo do uso estratégico de um produto para obtenção de fins econômicos mais abrangentes inclui o Brasil no início do século XX. À medida que aprofundavam-se os efeitos da crise de 1929, a compra de sacas de café pelo governo brasileiro e a destruição das mesmas foi a solução encontrada na época para salvar o setor que integrava o centro dinâmico da economia (FURTADO, 1961). Ao aplicar medidas anticíclicas na economia cafeeira, o governo de Getúlio Vargas possibilitou a sustentação da demanda interna e da geração de renda. Ao mesmo tempo em que promovia-se o estímulo ao setor cafeeiro, a manipulação das taxas de câmbio visava garantir o abastecimento interno de máquinas e matérias-primas de modo a promover a industrialização nacional.

A crescente demanda por crédito pela indústria também passou a ter canais prioritários de atendimento (CANO, 2015). Atualmente sabe-se como esse impulso inicial de valorizar o café foi significativo para o período, na história brasileira, que viera a ser denominado *desenvolvimentista*³.

Já no caso da Rússia, por exemplo, o fornecimento de gás para países europeus é usado como uma ferramenta da política externa para barganhar seus interesses frente aos ocidentais. Durante o governo de Vladimir Putin, a política de hidrocarbonetos e a transformação do país numa superpotência energética constituíram um pilar da estratégia de retomada do poder russo. A estatal *Gazprom* foi instrumentalizada pelo governo de maneira a promover externamente a expansão das exportações de hidrocarbonetos, estratégia subjacente aos interesses geopolíticos do país. A dependência de gás russo por parte dos países europeus é usada como ferramenta para a projeção de influência na região e enquadramento dos seus opositores políticos (GOLDMAN, 2008).

No início do século XXI, enquanto a grande maioria dos países no mundo está inserida no enquadramento do sistema neoliberal, uma série de governos progressistas são eleitos sucessivamente na América do Sul. A exclusão e a pobreza, acentuadas por décadas de políticas liberalizantes, a insatisfação popular perante as democracias representativas e a ebulição dos movimentos sociais são alguns dos elementos que possibilitaram a ascensão de governos de esquerda na região. Luís Inácio “Lula” da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Rafael Corrêa no Equador são exemplos de presidentes eleitos nessa ocasião de *giro à esquerda*.

Durante esse período, países como Venezuela, Bolívia e Equador, de forma mais evidente, além do Brasil, Argentina e Chile, em certa medida, passaram por experiências as quais um grupo de teóricos latino americanos denominaram *neoextrativistas* (GUDYNAS, 2009). O conceito de neoextrativismo implica a existência de alguns elementos. Primeiro, a continuidade de um modelo econômico de cunho extrativista, considerando que a maioria dos países sul americanos possui uma pauta exportadora majoritariamente composta de recursos naturais pouco processados. Porém, implica também sua adequação a um sistema político

³ Em linhas gerais, de acordo com Pedro Fonseca (2015), o conceito de “desenvolvimentismo” retrata fenômenos relativos à vida material, tanto para referir-se à esfera do pensamento (ideologia ou teorias) como para nomear práticas históricas de política econômica. As práticas desenvolvimentistas estão associadas a um Estado que intervém ativamente na economia e cuja ideologia está voltada para a transformação ou “modernização” da sociedade. Com esse objetivo em foco, o desenvolvimentismo inclui práticas como a industrialização, a busca pelo crescimento econômico e a coordenação e promoção de investimentos a partir da esfera pública (BIELSCHOWSKY, 1988). Entre outros autores que escreveram sobre o tema estão Bresser-Pereira (2008), Paula (2004) e Oreiro (2012).

mais democrático que passa incorporar demandas de setores até recentemente silenciados. Portanto, as novas esquerdas que chegam ao poder nesse período caracterizam-se pela adoção da estratégia de absorver as receitas do setor extrativista e, a partir delas, promover projetos de desenvolvimento *socioeconômico* (GUDYNAS, 2009).

O neoextrativismo na América do Sul não constitui uma ocorrência singular. Contudo, é possível identificá-lo como um fenômeno de dimensão sistêmica presente na região, em maior ou menor intensidade dependendo do país, e alavancado com auxílio da alta dos preços internacionais dos recursos naturais, ocorrida meados da década passada.⁴ De modo geral, distingue-se pela manutenção do modelo econômico majoritariamente primário como centro dinâmico de acumulação contando com a presença de um Estado que intervém na economia e é “compensador”, conforme a definição de Gudynas (2009), à medida que distribui socialmente parte dos ganhos oriundos das exportações através de políticas sociais.

Países como Argentina e Brasil, por exemplo, possuem uma trajetória distinta, tornando difícil caracterizá-los como Estados neoextrativistas. Tratando-se de economias mais diversificadas e industrializadas, diversos autores denominaram os contornos do modelo econômico adotado por esses países, a partir da década passada, contendo rupturas com o neoliberalismo, como *novo-desenvolvimentismo* ou apenas *desenvolvimentismo* (BRESSER-PEREIRA, 2008; OREIRO, 2012; KATZ, 2015).

Diferente do modelo de desenvolvimento existente no século XX, as estratégias atuais não possuem um foco voltado para a proteção da indústria. Contudo, retomam a centralidade do Estado na condução da atividade econômica, promovendo políticas fiscais, monetárias e cambiais propícias ao crescimento, a regulação de segmentos considerados estratégicos e também a alavancagem de programas direcionados ao “desenvolvimento humano”⁵ como distribuição

⁴ Entre 2002 e 2008 os preços do setor de minerais e agrícolas tiveram alta superior a 200% (CEPAL, 2015).

⁵ De acordo com Amartya Sen (2001) em *Desenvolvimento e Liberdade*, a ideia de desenvolvimento humano remete a necessidade de intervenção do Estado de modo a garantir à população os cuidados de saúde e educação à fim de alcançar resultados notáveis em termos de “duração e qualidade de vida de todos”. O foco da ação estatal, conforme essa perspectiva, insere-se no desenvolvimento das capacidades individuais, diferenciando-se completamente de práticas desenvolvimentistas voltadas para a industrialização, como praticadas em países como Brasil e Argentina até a década de 80. Esse conceito desencadeou um amplo debate entre os teóricos do desenvolvimento, em que críticos como Ha-Joon Chang (2009), por exemplo, alertaram para o caráter fragmentado das iniciativas propostas e a ausência da perspectiva de transformação na estrutura produtiva e coordenação estatal em promover um empenho conjunto para a sustentação do desenvolvimento no longo prazo.

de renda, redução da miséria e universalização dos serviços públicos. Além disso, considerando o setor extrativista como responsável por grande parcela das exportações desses países, os Estados buscaram aumentar a participação em suas receitas. Portanto, é possível argumentar que empregaram “estratégias típicas do modelo neoextrativista”.

Por outro lado, existência desse fenômeno é bastante evidente nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela, países que possuem matriz produtiva quase integralmente dependente de recursos naturais com baixíssimo nível de industrialização e que passaram por grandes transformações políticas nos últimos anos, marcadas pela promulgação de novas constituições, aumento da inclusão social e dispositivos regulatórios destinados à proteção e soberania dos recursos naturais considerados estratégicos.

O ciclo progressista iniciado na América do Sul trouxe a possibilidade de construção de um modelo alternativo àquele existente previamente, em que a desenfreada submissão às “leis de mercado” corroborou para a acentuação da pobreza e exclusão social na região. Ao captar a existência da dimensão sistêmica do fenômeno que envolveu, concomitantemente, diversos países na região, Gudynas cunha o termo “neoextrativismo” para designar esse modelo alternativo ao neoliberalismo que consistiu, sobretudo, na continuidade do extrativismo como centro dinâmico de acumulação, porém sujeito à regulação do Estado e legitimação através de um discurso político *social desenvolvimentista*⁶.

No artigo *Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*, Eduardo Gudynas postula uma série de ideias e argumentos acerca da nova caracterização. À fim de conferir reconhecimento à identidade própria do estilo progressista de extrativismo, Gudynas estabelece uma abordagem na qual ele lista dez características que compõem o Estado neoextrativista:

- 1) A importância dos setores extrativistas persiste como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento.
- 2) O progressismo sul-americano gera um novo tipo de extrativismo, tanto para alguns de seus componentes como pela combinação de atributos antigos e novos.
- 3) Existe uma

⁶ O termo social desenvolvimentismo pode ser considerado mais adequado uma vez que agrega um fator “humano” ao conceito de desenvolvimentismo, diferenciando-o daquele executado em países como Brasil e Argentina entre as décadas de 1930 e 1980. Conforme argumentado por Gudynas (2009), o discurso legitimador do neoextrativismo propunha-se a transferência das rendas oriundas de setores extrativistas para promover melhorias nos serviços destinados à população, como saúde, educação e saneamento.

maior presença e um papel mais ativo do Estado, tanto através de ações diretas quanto indiretas. 4) O neoextrativismo serve a uma inserção internacional subordinada e funcional para a globalização comercial e financeira. 5) A fragmentação territorial continua, com áreas relegadas a enclaves extrativos associado aos mercados globais. 6) Além da propriedade dos recursos, reproduzem-se regras e operação dos processos produtivos focados em competitividade, eficiência, maximização de renda e externalização de impactos. 7) Os impactos sociais e ambientais foram mantidos e, em alguns casos, pioraram. 8) O Estado captura (ou tenta capturar) uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos e parte desses recursos financiam programas sociais, portanto, ele ganha novas fontes de legitimidade social. 9) Algumas contradições do extrativismo são revertidas e ele passa a ser concebido como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento. 10) O neoextrativismo faz parte de uma versão contemporânea do próprio desenvolvimentismo da América do Sul, onde o mito do progresso é mantido sob uma nova hibridização cultural e político (GUDYNAS, 2009, p. 221, tradução nossa)⁷.

A principal ruptura proposta pelo modelo neoextrativista com relação ao período neoliberal refere-se ao papel desempenhado pelo Estado. Nesse modelo, o Estado deixa de ter um papel meramente garantidor dos direitos de propriedade privada e passa a ser protagonista na condução da atividade extrativista. Dentre as atribuições mais relevantes do Estado neoextrativista estão a regulação dos setores extrativos estratégicos, a nacionalização de empresas ou promoção das mesmas no exterior, além da priorização de políticas sociais, focadas geralmente

⁷ 1) Persiste la importancia de los sectores extractivistas como un pilar relevante de los estilos de desarrollo. 2) El progresismo sudamericano genera un extractivismo de nuevo tipo, tanto por algunos de sus componentes como por la combinación de viejos y nuevos atributos. 3) Se observa una mayor presencia y un papel más activo del Estado, con acciones tanto directas como indirectas. 4) El neo-extractivismo sirve a una inserción internacional subordinada y funcional a la globalización comercial y financiera. 5) Sigue avanzando una fragmentación territorial, con áreas relegadas y enclaves extractivos asociados a los mercados globales. 6) Más allá de la propiedad de los recursos, se reproducen reglas y funcionamiento de los procesos productivos volcados a la competitividad, eficiencia, maximización de la renta y externalización de impactos. 7) Se mantienen, y en algunos casos se han agravado, los impactos sociales y ambientales de los sectores extractivo. 8) El Estado capta (o intenta captar) una mayor proporción del excedente generado por los sectores extractivos, y parte de esos recursos financian programas sociales, con lo que se ganan nuevas fuentes de legitimación social. 9) Se revierten algunas contradicciones sobre el extractivismo, y se lo pasa a concebir como indispensable para combatir la pobreza y promover el desarrollo. 10) El neo-extractivismo es parte de una versión contemporánea del desarrollismo propia de América del Sur, donde se mantiene el mito del progreso bajo una nueva hibridación cultural y política (GUDYNAS, 2009, p. 221).

em projetos de transferência de renda, diretos ou indiretos, a partir de rendas geradas no setor extrativista.

Não obstante, esse modelo não buscou romper com a dependência dos circuitos econômicos globais e, internamente, estimulou a geração de enclaves extrativos de impacto social e ambiental, com pouca conexão com o desenvolvimento de outros setores econômicos, dentro dos países, e baixa capacidade de absorção de mão de obra, acentuando o desemprego estrutural na região (ACOSTA, 2012).

Alberto Acosta (2012) destaca o aumento da parcela de produtos primários na composição das exportações dos países sul americanos durante a última década. O petróleo, por exemplo, corresponde a mais de 90% das exportações na Venezuela, enquanto no Equador e Bolívia, a exportação de produtos primários, sobretudo o petróleo no primeiro e gás natural no segundo, é superior a 80% da pauta (CEPAL, 2015).

Não obstante o aumento da dependência em relação ao setor extrativista, ocorrido em diversos países que aderiram o modelo “neoextrativista”, a regulação dos setores estratégicos, as novas legislações que culminaram no crescimento da arrecadação pelos Estados e a elevação dos preços das commodities durante o início do século, possibilitaram melhorias nos indicadores sociais e impactaram nas sucessivas reeleições de governos progressistas até meados da década atual.

Gudynas (2010) denomina “Estado compensador” aquele que propõe-se a implementar programas de combate à pobreza a partir da distribuição de recursos fiscais vinculados à captura da renda extrativa. Segundo o autor, essa seria uma das principais diferenças entre o paradigma neoextrativista e o extrativismo “clássico”, no qual as receitas eram quase exclusivamente capturadas por agentes privados. De fato logrou-se o crescimento econômico com distribuição de renda e redução da pobreza. De acordo com Gudynas:

Provavelmente as mudanças mais substanciais tenham ocorrido na Bolívia, já que o governo de Evo Morales impôs em 2006 a renegociação dos contratos com as empresas petrolíferas, aumentando os royalties e a tributação, tentando fortalecer a empresa petrolífera estatal YPFB; na Venezuela, o governo Chávez impôs uma maioria acionária da PDVSA (a empresa petrolífera estatal) nos empreendimentos com o setor privado e uma maior vinculação com as estatais dos outros países. No Equador segue-se a

mesma linha; e no Brasil uma nova regulamentação para o setor está sendo discutida (GUDYNAS, 2010, p. 306, tradução nossa)⁸.

De acordo com Acosta (2012), a existência da riqueza natural e as crises econômicas recorrentes na América Latina consolidaram uma mentalidade rentista, bem como práticas clientelistas e patrimonialistas. Essas particularidades teriam dado origem a instituições democráticas frágeis e facilmente corrompíveis, que voltam a reorganizar-se dentro do contexto neoextrativista. Além disso, a volatilidade, que caracteriza os preços das matérias-primas no mercado mundial faz com que as economias de exportação primária sofram problemas recorrentes na balança de pagamentos e contas fiscais, que gera dependência financeira e fragiliza o ambiente político.

Para Edgardo Lander (2014), países como Bolívia e Equador possuem projetos de desenvolvimento de longo prazo que postulam o extrativismo como fase inicial de acumulação econômica para arrecadação de receitas que contribuirão, no futuro, para o investimento em outros setores. No entanto, esse raciocínio etapista que alguns políticos utilizam para justificar o modelo extrativista é dificilmente superado; uma vez que a economia centrou-se em torno do modelo extrativo, o Estado tornou-se mais dependente dele. De acordo com Lander: “O extrativismo não só produz o material - não só produz commodities-; produz sujeitos, produz relações sociais, produz agentes” (LANDER, 2014).

Partilhando de uma opinião diferente, o autor e vice-presidente da República Plurinacional da Bolívia, Álvaro García Linera, defende as práticas extrativistas, no sentido mencionado anteriormente, como fase de uma trajetória mais ampla do desenvolvimento social e econômico. Segundo Linera (2017): “[...]”*A fase extrativa é apresentada como algo temporário para gerar condições materiais, sociais, médicas e tecnológicas que nos permitam passar para outra fase social*” (LINERA, 2017, tradução nossa). ”⁹

Através da revisão das ideias contidas nas obras dos principais autores que escreveram sobre o paradigma neoextrativista na América do Sul, pode-se

⁸ *Probablemente los cambios más sustanciales hayan ocurrido en Bolivia, ya que el gobierno de Evo Morales impuso en 2006 la renegociación de los contratos con las empresas petroleras, aumentando los royalties y la tributación, intentando fortalecer la petrolera estatal YPF; en Venezuela, el gobierno Chávez impuso una mayoría accionaria de PDVSA (la petrolera estatal) en los emprendimientos con el sector privado y una mayor vinculación con las estatales de los otros países. En Ecuador se sigue la misma línea; y en Brasil una nueva reglamentación para el sector está siendo discutida (GUDYNAS, 2010, p. 306).*

⁹ [...] *La fase extractivista se presenta como algo temporal para generar condiciones materiales, sociales, médicas y tecnológicas que nos permitan pasar a otra fase social*” (LINERA, 2017).

observar posições divergentes acerca desse modelo. Por vezes, referido como um instrumento que tende a aumentar a dependência econômica dos países do sul, perpetuando sua trajetória de inserção subalterna. Por vezes, concebido como etapa necessária de uma trajetória mais complexa desenvolvimento social e econômico.

Contudo, faz-se necessário renunciar à análise composta exclusivamente pela dimensão política interna dos Estados sul-americanos e inserir as variáveis externas que influenciaram na adoção do modelo extrativo progressista a partir de meados da década passada. No atual contexto de globalização financeira ou, conforme caracteriza François Chesnais (2002), no “regime de acumulação financeirizado”, os desafios que colocam-se diante do desenvolvimento econômico são distintos daqueles existentes em meados de 1930, quando iniciam-se algumas experiências desenvolvimentistas na região.

Ainda que certos estímulos externos como reduzidas taxas de juros, progresso técnico, preços elevados dos recursos naturais e aumento dos fluxos comerciais componham elementos que estimulem o crescimento econômico, outros impõem grandes desafios à industrialização e à mudança estrutural, centrais no desenvolvimentismo do século XX. A abertura comercial e financeira, a intensificação da divisão internacional do trabalho e internacionalização produtiva são alguns dos elementos que constituem desincentivos à industrialização e estímulos ao aproveitamento das vantagens comparativas (CANO, 2017).

As dez teses que caracterizam o progressismo extrativista, de acordo com Gudynas, oferecem um parâmetro inicial que possibilita a identificação dos elementos que compõem essa experiência num dado contexto muito específico na região. Contudo, o próprio autor reconhece a necessidade da realização de um trabalho mais exaustivo, de forma a continuar o aprofundamento da caracterização dos novos estilos de desenvolvimento na região, uma vez que as tensões sociais e políticas que emergem em meio a esse processo ainda são atuais (GUDYNAS, 2009).

Na próxima seção, investiga-se a política econômica formulada pelo MAS na Bolívia, sublinhando a existência de elementos típicos do neoextrativismo sugerido por Gudynas. Demonstra-se como o governo de Evo Morales, ainda que caracterizado pela defesa dos direitos dos povos indígenas, promoveu políticas sociais ancoradas na continuidade e no aprofundamento das atividades extrativas. Além do mais, verifica-se que essa perpetuação do modelo, estaria sendo legitimada por uma ideologia que rompe com os ideais liberais e busca a retomada dos valores do desenvolvimentismo.

A ascensão do MAS na Bolívia e a nova agenda social desenvolvimentista

Em 2005, após uma série de conflitos e revoltas populares que culminaram na resignação do presidente Gonzálo Sánchez Lozada, foram realizadas novas eleições presidenciais que conferiram a Evo Morales, do MAS, vitória inequívoca nas urnas. A eleição de Morales, sinalizou a transição desde o paradigma neoliberal para um maior controle estatal na economia e, no âmbito social, para o enfrentamento da exclusão das comunidades indígenas, fato que foi simbolizado quando ergueu *el bastón de mando* no momento de sua posse¹⁰ (FARTHING; KOHL, 2014).

Ainda que o sistema político boliviano se caracterizasse como uma democracia representativa, na prática havia uma alternância entre os partidos tradicionais que culminava na continuidade da agenda liberal e na exclusão dos interesses de setores indígenas e camponeses. Entre 1985 e 2005 foram aplicadas reformas liberais de grande amplitude. Os mercados de bens, crédito e trabalho foram liberalizados quase completamente, as barreiras ao comércio exterior foram derubadas e as empresas estatais privatizadas mediante um processo etapista denominado “capitalização” que delegou o usufruto dos recursos naturais do país às transnacionais (MORALES, 2014).

Em meio a grandes revoltas populares que assolaram o país no início do século XXI, entre as quais destacam-se a Guerra da Água, em 2000, e a Guerra do Gás, em 2003, que culminou na decretação de lei marcial após confrontos violentos entre manifestantes e polícia em protestos contra as políticas de exploração do gás, o clima de instabilidade política somente se estabilizaria após a vitória do MAS em 2005.¹¹

De início, o MAS não surge como um partido, mas como um “instrumento político” que congregava interesses camponeses e indígenas, de sindicatos e de

¹⁰ Símbolo da autoridade indígena, o “bastão de mando” é um cetro de madeira e prata usado para indicar autoridade e a passagem do poder de um líder para o próximo (FARTHING; KOHL, 2014).

¹¹ Denominou-se a Guerra da Água as revoltas populares que ocorreram em Cochabamba, uma das maiores cidades do país, no começo de 2000 contra a privatização em curso do sistema municipal de gestão da água (TORRICO, 2006); já a Guerra do Gás refere-se aos conflitos ocorridos em 2003 contra a exploração das reservas de gás natural descobertas em Tarija, alguns anos antes. A população demandava maior regulação da exploração das reservas, uma vez que o processo ocorria com pouco diálogo e não estava claro quais vantagens seriam obtidas pela população local em contrapartida da exportação do insumo. A intervenção militar autorizada pelo presidente Sánchez Lozada para conter o conflito culminou no “massacre de outubro”, referente a morte de ao menos 64 civis pelas forças do governo (EL PRESIDENTE, 2003).

movimentos como a Central de Operários Bolivianos (COB) e a Confederação dos Povos indígenas da Bolívia (LINERA, 2006). A descentralização política promovida pela lei de participação popular¹², em 1994, permitiu uma maior margem para a atuação de candidatos de esquerda que conquistaram algumas prefeituras desde então. O MAS liderou diversos protestos sociais entre setores marginalizados e comprometeu-se a lutar pelas reivindicações dos índios, preenchendo o vazio do sistema partidário através do dismantelamento do sistema de revezamentos contido na democracia liberal boliviana.

De acordo com Linera, a ideologia do MAS é composta por três vertentes principais: marxista, indianista e nacional popular. Estas sobrepõem-se, gerando uma organização híbrida. Não obstante, as bandeiras do anti-imperialismo norte-americano e anti-neoliberalismo também foram decisivas para que houvesse a convergência entre esses movimentos (LINERA, 2006).

Contudo, o elo unificador entre essas vertentes está na liderança carismática de Evo Morales. Indígena e *ex-colalero*¹³, por diversas vezes definido como populista pela mídia, Morales foi essencial para congregar os ideais difusos da esquerda boliviana e impulsionar a agenda alternativa ao paradigma neoliberal. Em 2009, a promulgação da nova Constituição do país, que alterou seu nome para *República Plurinacional da Bolívia*, consolida no ordenamento jurídico do Estado o reconhecimento dos direitos das diversas etnias que ocupam o território, ao conferir um sistemas de representação política e autonomias às comunidades (BOLÍVIA, 2009).

Contrariamente ao que estimavam aqueles que classificaram como populista as políticas empreendidas durante o governo Morales, o modelo macroeconômico foi bem-sucedido: a economia boliviana cresceu a uma taxa entre 4,1% e 6,8% em todos os anos após sua posse (com exceção de 2009, ano seguido à crise internacional). O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi acom-

¹² A lei deslançou processo de planejamento participativo e democracia, reconhecendo as comunidades indígenas, camponesas e urbanas (Organização Territorial de Bases - OTB) como iguais perante a lei, assim como sua natureza usos e costumes, tradições e formas de escolha de seus direitos. No artigo 3 estabelece a expansão das competências e aumenta os recursos a favor dos governos municipais e transfere-lhes iniciativas para construção de infraestrutura, serviços de educação, saúde e micro-irrigação.

¹³ A nível individual, o termo designa uma pessoa que trabalha na plantação da coca, folha utilizada para elaborar o chá de coca, muito comum nas culturas indígenas de países como Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Peru. Durante meados da década de 1980, com o governo ameaçando a proibição e criminalização das plantações de coca no país (ao relacionar a produção da coca com o comércio ilegal de cocaína), surge o *Movimiento Cocalero*, cujas características mais emblemáticas são a defesa da cultura indígena e campesina e o protesto contra a exclusão das populações na vida política (LINERA, 2006). O termo é empregado pelo presidente Evo Morales de modo recorrente para fazer referência a suas origens sociais.

panhado pela redução da pobreza e melhora na distribuição de renda que esteve associada tanto à política de valorização do salário mínimo, que aumentou 87,7% entre 2005 e 2015, e também a programas de alívio imediato da pobreza como o “Bono Juana Azurduy Pinto”, “Bono Juancito Pinto” e o “Renta Digna” (BOLÍVIA, 2017).

Até certo ponto, pode-se afirmar que o desempenho econômico boliviano esteve associado à bonança oriunda da alta dos preços internacionais dos recursos naturais. Entre 2002 e 2008 por exemplo, os preços dos setores de minérios e agrícolas tiveram alta superior a 200% (CEPAL, 2015). Contudo, essa alta dos preços não explica por si só o desempenho de longo prazo da economia boliviana.

Além do caráter distributivista, o governo de Morales incorporou um receituário de políticas macroeconômicas de matriz keynesiana, com ênfase no gasto público, mercado interno e a concepção do investimento como propulsor da atividade econômica (LUNA, 2016). De acordo com o Instituto Nacional de Estadística (INE), a inflação real entre 2006 e 2014 foi baixa, ficando em torno de 5,6% durante esse período. Longe de compor uma medida econômica de caráter populista¹⁴, procurou-se estabilizar a economia de modo a atrair investimentos externos, promover o crescimento e o aumentar do nível de reservas internacionais, que atingiram o patamar de 48% do PIB em 2013 (BOLÍVIA, 2018).

A Bolívia converteu-se, nesse ínterim, no país latino-americano com maior atração de Investimento Externo Direto (IED) em relação ao PIB, alcançando, em 2013, o índice de 5,9% (CEPAL, 2015). Em 2016, a maior parte desses investimentos, como habitualmente no país, foi destinada ao setor de hidrocarbonetos, totalizando mais de 280 milhões de dólares ou 41,9% dos fluxos (BOLÍVIA, 2018).

A política fiscal expansiva justifica-se não somente pelo aumento do fluxo de IED destinado ao setor de hidrocarbonetos e pela elevação de seus preços internacionais, mas também por uma estratégia prudente de nacionalização ou reorganização do sistema de tributação. A maior arrecadação possibilitou ao governo um aumento de gastos públicos que passou de de 6,7% para 13,4% em relação ao PIB entre 2006 e 2014 (BOLÍVIA, 2018).

¹⁴ O sentido empregado em “medida econômica populista” refere-se à execução, por um governo, de práticas isentas de racionalidade econômica (ao menos dentro do contexto em que ela é aderida), destinadas ao agrado de determinados setores sociais, garantindo suporte político ou apoio popular durante determinado prazo de tempo (FERREIRA, 2001).

Além do aumento dos gastos com serviços públicos como saúde, educação e saneamento básico, também destacam-se os destinados à infraestrutura, sobretudo transportes e comunicação. No setor produtivo, ainda que a estratégia econômica promovida tenha enfatizado a diversificação e industrialização, a atividade de extração de hidrocarbonetos foi a que registrou maior aumento de investimentos públicos.

A nacionalização e a regulação dos setores extrativistas constituíram um pilar para as políticas sociais e econômicas promovidas pelo MAS. A lógica e os fundamentos ideológicos por trás da estratégia de uso do excedentes obtidos pelo controle das receitas do setor extrativo de recursos naturais para promover essas políticas pode ser encontrada no *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) e, recentemente, no *Plan de Desarrollo Económico y Social en el marco del Desarrollo Integral para Vivir Bien* (PDES).

A reformulação do conceito de desenvolvimento contida no plano, possuiu como ponto de partida a crítica à exclusão da política e, conseqüentemente, do direito à participação democrática nas decisões relativas a dimensão econômica que predominou durante o período neoliberal. Na concepção mais liberal do debate desenvolvimentista, predominante na década de 1990, sugere-se a adoção do ideal de “desenvolvimento humano”, em defesa da separação entre as esferas política e econômica de modo a sugerir que o Estado somente possa intervir no âmbito das capacitações individuais de seus cidadãos sem intervir no funcionamento dos mercados¹⁵.

Além da exclusão da sociedade nas decisões de caráter econômico, criticava-se a homogeneização promovida pelo “livre mercado”, em que ocorreria um reducionismo dos povos indígenas a meros produtores ou consumidores de insumos, descartando suas particularidades étnicas e culturais. A partir dessa reflexão a nova agenda boliviana propunha, como explícito no PND, a formulação de uma nova concepção “descolonizada” de desenvolvimento, de modo a subscrever o crescimento às particularidades culturais da nação plurinacional (BOLIVIA, 2006; BOLIVIA, 2015).

O ideal de “Vivir Bien”, tradicional dos povos indígenas nos Andes está no cerne dessa transição epistemológica, pois sugere a descolonização do conceito de desenvolvimento de modo a adaptá-lo à cultura e às demandas da

¹⁵ O amplo predomínio da concepção de desenvolvimento humano no debate desenvolvimentista nessa época pode ser encontrado, por exemplo, na formulação do índice de desenvolvimento humano (IDH) pelos teóricos Amartya Sen e Mahbub ul Haq e sua adoção pelas Nações Unidas desde 1993 até hoje

população.¹⁶ Não obstante a formulação do novo conceito proposto, a iniciativa para a transformação da matriz produtiva estava subjacente a capitalização do extrativismo como descrito no trecho:

A implantação da matriz produtiva é composta por dois setores: o gerador estratégico de superávits e o de emprego e renda. O setor de hidrocarbonetos se tornará o motor estratégico da economia através da geração de superávits (poupança interna) e moeda estrangeira para impulsionar o desenvolvimento produtivo nacional no marco do novo conceito de desenvolvimento proposto pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). [...] Dentro deste setor estratégico estão os dois pilares do nosso desenvolvimento, hidrocarbonetos e mineração (BOLIVIA, 2006, p. 99, tradução nossa)¹⁷.

Dentro da nova estratégia para a reestruturação produtiva, os hidrocarbonetos ocupariam uma posição central como geradores de excedentes por meio dos quais impulsionariam-se outros segmentos mais intensivos em tecnologias e mão de obra. Portanto, assim como no trecho do discurso do vice-presidente boliviano mencionado anteriormente, existe uma lógica etapista no processo de desenvolvimento em que o extrativismo produz os excedentes através dos quais torna-se possível avançar em outros projetos e desencadear uma mudança estrutural que possa modificar, efetivamente, a dinâmica de acumulação existente.

Além do papel de geração excedentes, os hidrocarbonetos inserem-se dentro da perspectiva de industrialização e incorporação de tecnologia no interior das próprias cadeias de valor, da captação de novos mercados consumidores do estabelecimento de parcerias com o setor privado e as transnacionais do ramo e da ampliação das reservas já existentes.

No setor de mineração, diferente do plano de 2006, atualmente coloca-se maior ênfase no desejo de reestruturação e protagonismo da *Corporación Minera*

¹⁶ Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento não estaria mais estritamente associado a satisfação material e ao consumismo, mas subscrito a uma "cosmovisão" de harmonia entre as comunidades e o meio ambiente (BOLIVIA, 2006).

¹⁷ *El despliegue de la matriz productiva está conformado por dos sectores: el estratégico generador de excedentes y el de empleo e ingresos. El sector de hidrocarburos se convertirá en el motor estratégico de la economía mediante la generación de excedentes (ahorro interno) y divisas para impulsar el desarrollo productivo nacional en el marco de la nueva concepción de desarrollo propuesta por el Plan Nacional de Desarrollo (PND) [...] Al interior de este sector estratégico están los dos pilares de nuestro desarrollo, los hidrocarburos y la minería* (BOLIVIA, 2006, p. 99).

de Bolivia (Comibol), em detrimento do regime de concessões e da priorização das pequenas cooperativas. Para avançar na industrialização e diversificação nas cadeias de valor, o PDES sugere o estabelecimento de subsidiárias mistas para dinamizar o segmento e induzir investimento em tecnologias (BOLÍVIA, 2015).

A *Nueva Política Económica* compreendida foi composta por diversos elementos e uma estratégia de longo prazo que submetia a condução das políticas cambial, fiscal e monetária ao desenvolvimento do setor produtivo nacional com ênfase no mercado interno. A agenda do *Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo*, elaborado pelo Ministro de Economia e Finanzas Públicas, Luis Alberto Acre Catacora, sistematiza os objetivos para o novo modelo de desenvolvimento da seguinte forma:

- 1) Nacionalizar recursos naturais e minerais estratégicos como gás e hidrocarbonetos para posterior exportação.
- 2) Promover gastos públicos na provisão de infraestrutura econômica e social com grandes efeitos multiplicadores sobre o emprego.
- 3) Melhorar a tributação e a cobrança de impostos e levar a cabo uma política social eficiente através de uma melhor redistribuição dos recursos excedentes, dentro de um modelo de capitalismo de Estado.
- 4) Estimular a demanda doméstica com recursos fiscais de grande impacto no consumo de bens e serviços para alavancar o crescimento econômico.
- 5) Promover a exportação de produtos básicos para complementar o quadro de demanda agregada no setor externo (MINISTÉRIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PÚBLICAS apud LUNA, 2016, tradução nossa)¹⁸.

Conforme o exposto anteriormente, a busca pela formulação de uma agenda alternativa ao neoliberalismo estava associada a reestruturação e regulação de certos setores prioritários, sobretudo o de hidrocarbonetos, correspondente a maior parcela do PIB boliviano, e o da mineração. Entre as medidas adotadas estava a nacionalização do gás natural. O insumo corresponde atu-

¹⁸ 1) *Nacionalizar los recursos naturales y minerales estratégicos como el gas y los hidrocarburos para su exportación posterior.* 2) *Impulsar un fuerte gasto público en la provisión de infraestructura económica y social de grandes efectos multiplicadores sobre el empleo.* 3) *Mejorar la tributación y el recaudo fiscal y realizar una política social eficiente a través de una mejor redistribución de los recursos excedentarios, dentro de un modelo de capitalismo de Estado.* 4) *Estimular la demanda interna con recursos fiscales de gran impacto sobre el consumo de bienes y servicios para jalonar el crecimiento económico.* 5) *Impulsar la exportación de productos básicos con el fin de complementar el cuadro de la demanda agregada en el sector externo* (MINISTÉRIO DE ECONOMIA Y FINANZAS PÚBLICAS, apud LUNA, 2016).

almente a 42% do valor do que é exportado pelo país, destinado, sobretudo, para Brasil e Argentina. Segue-se a extração de zinco (9,8%) e ouro (8%), além de outros minérios metálicos em menor escala. Portanto, mais de 60% do valor das exportações bolivianas correspondem exclusivamente à extração de hidrocarbonetos e minérios (OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA, 2017).

A edição do Decreto 28701, em 2006, culminou na nacionalização do setor de hidrocarbonetos. Visando a retomada do controle da exploração do recurso e da maior arrecadação de receitas pelo Estado, o artigo 4 do decreto estabelece um imposto de produção de 32%, o *Impuesto Directo a los Hidrocarburos*, além de 32% de participação adicional para a estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e 18% de royalties para campos de produção superior a 100 milhões de pés cúbicos diários. Investimentos feitos pelas empresas, amortizações, custos operacionais e rentabilidade ficariam a cargo do Ministério de Hidrocarbonetos e Energia. Além disso, no artigo 7 decretava-se a nacionalização de ações para que a YPFB controlasse pelo menos 50% mais um nas empresas Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A. Petrobras S.A, Bolivia Refining S.A. e a Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolívia S.A (FARTHING; KOHL, 2006).

Após a promulgação da nova constituição, a regulação do setor de hidrocarbonetos passou a compor a terceira parte do Título II do texto constitucional, outorgando ao povo boliviano o direito exclusivo de propriedade sobre os hidrocarbonetos dentro do território e à estatal YPFB a competência para a realizar as atividades relacionadas a produção e comercialização do recurso.

Recentemente, na lei 845, promulgada em 2016, o governo central boliviano buscou centralizar as atividades relativas à mineração. Os regulamentos promulgados pelo governo estabelecem que somente a Comibol, uma entidade estatal, pode fechar acordos com capital privado para explorar os depósitos do país, o que até então ficava a cargo das cooperativas.

Conclusão

Buscou-se verificar, a partir do relato da experiência boliviana, as características que integram o novo modelo de desenvolvimento ancorado no uso estratégico dos recursos naturais, empreendido também por outros países sul-americanos a partir do início do século XXI. Destacou-se, nesse contexto, o papel de geração de excedentes que aufere-se aos setores extrativistas, assim como

o perfil distributivo e, na definição de Gudynas, “compensador”, pelo qual os Estados gerenciam a utilização desses excedentes.

Ainda que seja possível argumentar que o modelo adotado perpetue os parâmetros vigentes de inserção nas cadeias globais de valor e na divisão internacional do trabalho, assim como, internamente, as relações sociais e a geração de impactos sociais e ambientais inerentes às atividades extrativistas, é também possível conceber, por outro lado, que a estratégia não possa ser avaliada em disjunção das condições em que ela é aderida. Globalização, abertura comercial e financeira, reestruturação produtiva e concorrência externa propiciam novas fórmulas de crescimento e desenvolvimento com ênfase nas vantagens comparativas.

Verificou-se, na nova política econômica adotada pelo MAS na Bolívia, a presença de elementos centrais na definição de extrativismo progressista cunhada por Gudynas. Houve ampliação do papel desempenhado pelo Estado na condução das políticas econômicas com centralidade conferida à regulação e à tributação de setores extrativistas. Esse aprofundamento da dependência em relação aos recursos naturais foi legitimado por uma agenda de viés desenvolvimentista, que estipulava ser a exploração dos recursos naturais a etapa inicial de uma mudança estrutural projetada para o longo prazo e a condição para a obtenção de receitas que possibilitassem a elaboração de políticas sociais.

Dentro das perspectivas existentes, a estratégia adotada pelo MAS não foi inequivocamente um fracasso, uma vez que logrou o crescimento do PIB com melhoras na distribuição de renda e alívio da pobreza. Isso foi possível somente ancorado a uma política macroeconômica expansiva e coerente, que combinou estabilização e estímulos à demanda interna, concomitantemente. Contudo, ainda não existem indícios concretos de mudança estrutural e avanços nas cadeias de valor dos hidrocarbonetos e minérios. Pelo contrário, as estatísticas apontam para o aprofundamento da primarização, sobretudo da composição de gás natural e mineração como parcela das exportações.

Recentemente, com o declínio do ciclo progressista na América do Sul faz-se necessário investigar mais profundamente sobre a formulação de agendas alternativas de desenvolvimento, bem como a reestruturação do próprio conceito, de modo a delinear que espécie de desenvolvimento está sendo almejada e, considerando as particularidades da inserção da região no sistema internacional atual, verificar quais os limites que impõem-se frente a esse objetivo e quais os potenciais que poderiam ser explorados para alcançá-lo.

THE PROGRESSIST EXTRACTIVISM IN SOUTH AMERICA: AN ANALYSIS FROM THE BOLIVIAN EXPERIENCE

ABSTRACT: *In 2005, Movimiento al Socialismo (MAS) won the presidential election in Bolivia and launched a new political economic agenda, alternative to the neoliberal measures in force at that time. The agenda, as well as in several countries in South America, had a very peculiar social developmentalist character: centered on the extraction and strategic use of natural resources with the aim to promote social policies and leverage other economic sectors. It is argued that at the beginning of the 21st century there was a rise of a new paradigm. Several countries in South America have employed the model that some authors named “neoextractivism” to promote those agendas. The MAS strategy in Bolivia represents an archetype of that model and, therefore, it is sought, from the characterization formulated by Eduardo Gudynas on the neoextractivist paradigm, to analyze the pillars of the strategy launched for Bolivia’s development in the current context.*

KEYWORDS: *Bolivia. Neoextractivism. Development. Hydrocarbons. Natural Resources.*

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extractivismo y Neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición. **Ecoportal**, 2012. Disponível em: <http://www.ecoportall.net/TemasEspeciales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion>. Acesso em: 30 jan, 2018.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

BOLIVIA. Banco Central. **Boletín Informativo**. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/?q=pub_boletin-informativo>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BOLÍVIA. Instituto Nacional de Estadística. **Estadísticas por Actividad Económica**. 2017. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-por-actividad-economica/estadisticas-por-actividad-economica-2>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

BOLIVIA. Estado Plurinacional De Bolivia. **Plan de Desarrollo Económico y Social 2016-2020 en el marco del Desarrollo Integral para Vivir Bien**. 2015. Disponível em: <<http://www.fndr.gob.bo/bundles/fndrdemo/downloads/pdes/pdes2016-2020.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BOLIVIA. Estado Plurinacional De Bolivia. **Constitución Política Del Estado**. La Paz: Gaceta Oficial, 2009.

BOLIVIA. Estado Plurinacional De Bolivia. **Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien**. 2006. Disponível em: <<http://www.ademaf.gob.bo/normas/ds29272.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: _____. **Nação, câmbio e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p.55-93.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 265-302, ago. 2017.

CANO, W. Crise e Industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a Política Nacional de Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 444-460, jul-set. 2015.

CEPAL. CEPALSTAT. **Estadísticas e Indicadores**. 2015. Disponível em: <estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html?idioma=English>. Acesso em: 30 de jan. 2018.

CHANG, H-J. Hamlet without the Prince of Denmark: how development has disappeared from today's development discourse. In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J (Ed.). **Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master**. Abingdon: Routledge, 2009. p. 47-59.

CHESNAIS, F. A Emergência de um Regime de Acumulação Mundial Predominantemente Financeiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan-jun. 2002.

EL PRESIDENTE de Bolivia dimite y abandona La Paz. **El País**, La Paz, 17 out. 2003. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2003/10/17/actualidad/1066341611_850215.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.

FARTHING, L. C; KOHL, B. H. **Evo's Bolívia: continuity and change**. Austin: University of Texas Press, 2014.

FARTHING, L. C; KOHL, B. H. **Decreto Supremo n. 28701: Nacionalización de los Hidrocarburos**. La Paz: Gaceta Oficial, 2006.

FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **Texto para discussão 2103**, Brasília, 2015.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

GOLDMAN, M. **Petrostate**: Putin, Power and the New Russia. Nova York: Oxford University Press, 2008.

GUDYNAS, E. Estado Compensador y Nuevos Extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad**: Democracia y Política en América Latina, Buenos Aires, n. 237, 2010. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

GUDYNAS, E. **Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo**: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Quito: CAAP: FLACSO, 2009. Mesa Redonda Alternativas a una economía extractivista.

KATZ, C. ¿Qué es el neodesarrollismo?: Una visión crítica: Argentina y Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 122, p. 224-249, abr-jun, 2015.

LANDER, E. The Modern History of Venezuela and the Need for a Post-Oil Economy. **The Real News Network**, 2014. Disponível em: <<https://therealnews.com/stories/elander140402raipt6>>. Acesso em: 18 de jan, 2018.

LINERA, Á. G. Una Vez Más Sobre el Llamado Extractivismo. **Nodal**: Noticias de América Latina y el Caribe, 2017. Disponível em: <<http://www.nodal.am/2017/09/una-vez-mas-llamado-extractivismo-alvaro-garcia-linera/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

LINERA, Á. G. El evismo: lo nacional popular en acción. **OSAL (Observatório Social da América Latina)**, Buenos Aires, n. 19, p. 25-32, jan-jun, 2006.

LUNA, G. A. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. **Portal de revistas UPTC**, Tunja, v. 35, n. 61, jan-jun, 2016. Disponível em: <<http://revistas.uptc.edu.co/index.php/cenes/article/view/4152/5194>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MORALES, J. A. Bolivian economy in the last half century: some thoughts on long-term development. **Revista de Ciencia y Cultura**, La Paz, v. 18, n. 33, p. 107-135, 2014.

OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA. **Bolívia**. 2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bol/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

OREIRO, J. L. da C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.75, p.29-40, 2012.

PAULA, J. A. de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TORRICO, M. T. ¿Que ocurrió realmente en Bolivia?. **Perfiles Latinoamericanos**, México, n. 28, p. 231-261, jul./dez. 2006.

Recebido em 22 de abril de 2018

Aprovado em 09 de julho de 2018